

## Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet

Dênis de Moraes\*

<sup>1</sup> O ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente inesperado e criativo nas lutas sociais da segunda metade dos anos 90. Partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações. E o que é desconcertante: sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia. Não se tem a pretensão de atingir milhões e milhões de pessoas, privilégio dos que detêm o controle dos meios de comunicação tradicionais. O que se busca é promover a disseminação de idéias e o máximo de intercâmbios. Poder interagir com quem quer apoiar, criticar, sugerir ou contestar. Como também driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem com desenvoltura, enquanto atores sociais empenhados em alcançar a plenitude da cidadania e a justiça social. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, a Anistia Internacional, a Confédération Internationale des Syndicats Libres, o Human Rights Watch, o Greenpeace, a Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), o Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México, entidades feministas e partidos políticos inscrevem-se entre as organizações da sociedade civil que decidiram apostar na *Web*.

A militância *on line* vem alargar a teia comunicacional planetária, usufruindo de uma das singularidades do ciberespaço: a capacidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida. A cibercultura universaliza as visões de mundo mais

dísparas, os modos de organização social mais contrastantes, as ambições mais difusas, sem favorecer pensamentos únicos ou domínios por coerção. Trata-se de um âmbito virtual de conhecimentos múltiplos, que congrega forças, ímpetos e interesses contraditórios. Com a peculiaridade fundamental — apontada por Pierre Lévy — de universalizar sem totalizar. O ciberespaço configura-se como um universal indeterminado, sem controles e hierarquias aparentes, sem pontos fixos para a veiculação de informações e saberes. No ciberuniverso, as partes são fragmentos não-totalizáveis, isto é, não sujeitas a um todo uniformizador de linguagens e concentrador de poderes. As relações entre as partes podem reinventar-se, em densidade e em extensão, sem que umas se sobreponham ou subjuguem as demais.<sup>1</sup>

A cada nó que se soma à rede em expansão contínua, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações novas e imprevisíveis, em condições de serem consumidas instantaneamente, sem barreiras geográficas, sem fusos horários e sem grades de programação. A dinâmica da Internet como um sistema universal desprovido de centros fixos de enunciação e também de significações unívocas não encontra paralelo nos meios de comunicação que conhecemos até hoje. Cabe à capacidade cognitiva de seus usuários determinar, por conta própria, como se vão reorganizar, a todo momento e interativamente, as partes das conexões globais.<sup>2</sup>

Essa imagem da Internet como um mega-sistema planetário em constante mutação e saudável desordem justifica a sua classificação de Babel cultural do final do milênio. Ela, de fato, assemelha-se a um gigantesco mosaico, no qual elementos paradoxais convivem sem a prevalência de uns sobre os outros. Quem decide o que deve ser destacado e aproveitado é o internauta, por afinidades e conveniências. No ciberespaço, as contradições não precisam ser silenciadas, porque é da essência mesma do virtual a veiculação simultânea e indefinida de conteúdos, pouco importando as suas procedências, os seus alinhamentos ideológicos, as suas armas de confrontação e fascínio. O princípio básico é disponibilizar, pôr

\* Dênis de Moraes é doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense. Este artigo resulta de pesquisa apoiada pelo CNPq.

<sup>1</sup> Pierre Lévy. *Cyberculture. Rapport au Conseil de l'Europe*. Paris: Odile Jacob, 1997, p. 129-149. Consultar também: Derrick de Kerckhove. *Connected intelligence: the arrival of the Web society*. Toronto: Somerville House Publishing, 1997.

<sup>2</sup> Ver Dênis de Moraes. "Novos paradigmas éticos na comunicação virtual", em *Z - Revista eletrônica do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, nº 1, julho de 1999. Disponível em: [www.ufrj.br/pacc/z](http://www.ufrj.br/pacc/z)

em andamento e execução, tornar dados, imagens e sons acessáveis e acessíveis. Em última análise, são os usuários — individuais ou coletivos — que acabam por determinar os sentidos possíveis para as mensagens.

Vale ressaltar que não concebemos o ciberespaço como uma esfera divorciada dos embates sociais concretos. Embora a práxis virtual seja pautada por especificidades que a distinguem claramente dos meios convencionais, há uma relação de complementaridade com o real, que resulta na progressiva hibridação de recursos tecnológicos. Os processos não se anulam, eles se acrescentam e se mesclam. Acabamos por acumular dados e experiências que, isoladamente, nenhuma das partes poderia produzir. Marc Guillaume salienta as confluências possíveis entre os padrões clássicos de interação social e as redes eletrônicas: “A rede social preexistente pode melhorar sua eficácia através da rede técnica, mas esta última não pode por si mesma criar uma rede social. Está claro também que o bom uso das mídias comutativas passa pelas complementaridades e hibridações, permitindo combinar automatismos e inteligência humana, rapidez de informação e vagar na assimilação e na formação.”<sup>3</sup>

A conjugação de atividades revela-se crucial numa época marcada por altíssima taxa de expansão de conhecimentos científicos e de renovação incessante de métodos produtivos. O rádio não substituiu o jornal, a TV não acabou com o rádio e a Internet não vai ocupar o lugar de ninguém. Ela é uma mídia de novo tipo, na verdade um viveiro de infomídias interativas, com difusão ultra-rápida, intermitente, extensiva e multidimensional. É, pois, viável combinar os instrumentos de ação político-cultural que o real e o virtual fornecem, sem perder de vista que no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, se tece o imaginário do futuro.

## II

Para além do correio eletrônico, do entretenimento e das pesquisas, a Internet projeta-se como fórum *on line* capaz de revitalizar lutas e movimentos civis, na atmosfera de permutas própria da cultura de redes. Esta é outra dimensão do imaterial: favorece processos tecnocomunicacionais de participação política, que não se confundem com práticas arraigadas de exercício concentrado de poderes. A abundância de variedades na Internet contraria a imaginação dos homens políticos que se habituaram a um universo regido apenas por

3 Marc Guillaume. *L'empire des réseaux*. Paris: Descartes & Cie, 1999, p. 72.

estatísticas, sondagens de opinião e efeitos televisivos. Eles precisarão considerar o fato de que a explosão de redes interativas multimídias requer a geração de planos específicos de comunicação para um número cada vez maior de segmentos sociais que migram para o ciberespaço com ânsia de expressão.

As vozes da sociedade civil que se somam no ambiente *on line* representam grupos de pessoas identificados com causas e compromettimentos comuns, não importando o porte das ONGs à que se vinculam. “Na Internet, até mesmo as pequenas entidades têm oportunidade de divulgar, a baixo custo, suas atividades ao conhecimento de segmentos mais amplos da sociedade. Apesar de muito anárquica, a rede é também muito mais democrática, permitindo que todo mundo se expresse”, opina a diretora do organização ambientalista Greenpeace na Espanha, María Peñuelas.<sup>4</sup>

No espaço virtual, interação entre si e com outros núcleos ativistas, numa seqüência de cooperações societárias que evidencia a articulação de atores predispostos a explorar os fluxos da mega-rede. Ilse Scherer-Warren acentua que “rede torna-se um conceito propositivo dos movimentos, onde as relações interorganizacionais deverão se caracterizar pela não-hierarquização do poder, e onde as relações entre os atores participantes deverão ser mais horizontalizadas, complementares, abertas ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural”.<sup>5</sup>

O ciberespaço parece alicerçar um itinerário comunicacional enlaçado por uma gama considerável de organizações progressistas dos quatro quadrantes. Elas conscientizam-se das vantagens de curto, médio e longo prazos que a comunicação *on line* pode gerar. Desde o barateamento dos custos até o raio de abrangência global, passando pela velocidade de transmissão, circulação e recepção das mensagens.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra considera que a Internet proporciona à campanha pela reforma agrária “um amplo canal de comunicação com a sociedade”. A sua *homepage* divulga objetivos, posicionamentos e comunicados, com rapidez e economia de recursos financeiros. O coordenador do MST Neuri Rosseto argumenta: “O fato de

4 María Peñuelas, citada em “El ciberactivismo despega en la red”, *El País*, 7 de novembro de 1999.

5 Ilse Scherer-Warren. “Redes e espaços virtuais (para a pesquisa de ações coletivas na era da informação)”, *Cadernos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina*, nº 11, julho de 1997.

as forças progressistas terem seus próprios canais de comunicação possibilita-nos uma maior credibilidade, uma vez que as notícias neles veiculadas estão sob a ótica das próprias forças progressistas, sem filtragem, censura ou deturpação dos fatos. Uma coisa é ler uma notícia sobre a política de privatizações em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo, que tem todo o interesse em promovê-las. Outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política. Nesse sentido, uma *homepage* feita pelas forças progressistas possibilita, e muito, a divulgação de seus pontos de vista. Os meios de comunicação massiva funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado ou deturpado e ocultado. A Internet rompe com essa intermediação. Por isso, pode facilitar que os agentes das notícias também sejam os agentes que fazem esse acontecimento chegar até o conhecimento da sociedade.”<sup>6</sup>

Foi com metas semelhantes que o Exército Zapatista de Libertação Nacional aderiu à Internet, na primavera de 1994. Seu líder, o subcomandante Marcos, usou, sem hesitação, o correio eletrônico instalado em seu *notebook* acoplado a uma linha telefônica para veicular informações confiáveis sobre a guerrilha na região de Chiapas, sul do México. Alcançou em segundos milhões de pessoas.

No documento convocatório do Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, realizado em fins de julho de 1996, em Chiapas, os zapatistas acentuaram a importância das redes informáticas para os movimentos contra-hegemônicos: “Aprendamos a ganhar espaços. As mídias não podem tudo. Busquemos a tecnologia e o poder: a superestrada da informação como caminho da liberdade. Máquinas a favor dos povos (o conhecimento é poder, poder para nós).” A questão voltaria a ser abordada na Segunda Declaração pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, aprovada no Encontro: “Pela humanidade, declaramos: (...) Que faremos uma rede de comunicação entre todas as nossas lutas e resistências. Uma rede intercontinental de resistência, de comunicação alternativa contra o neoliberalismo e pela humanidade. Esta rede buscará os canais para que a palavra caminhe pelos caminhos que resistem. Será o meio para que se comuniquem entre si as distintas resistências. Esta rede não é uma estrutura organizativa, não tem centro dire-

6 Entrevista de Neuri Rosseto a Dênis de Moraes para o projeto de pesquisa “Estratégias de mídia na era tecnológica”. CNPq/Faperj/UFF, 13 de agosto de 1998. O *site* do MST é <http://www.mst.org.br>

tor nem decisório, nem comando central ou hierarquias. A rede somos todos os que falamos e escutamos.”

A exposição da *homepage* do EZLN (<http://www.ezln.org>) não obedeceu, por certo, ao simples impulso de experimentar o modismo Internet. Em um primeiro estágio, é até provável que o subcomandante Marcos tenha se eletrizado pela comunicação todos-para-todos. Depois de se adaptar aos nós da rede e verificar o efeito turbo das mensagens, provavelmente o líder zapatista concluiu que, de certa maneira, a sociedade civil mundial tornava-se crível, e a guerrilha não dependeria tanto dos humores da mídia global.

Hoje, a página está consolidada como porta-voz do EZLN e eixo de convergência da solidariedade internacional à causa zapatista. Reúne notícias, pronunciamentos, artigos, denúncias, comunicados e documentos sobre a realidade sociopolítica e econômica do México, além de realçar a luta antineoliberal. Disponibiliza acessos ao *website* de seu braço político (a Frente Zapatista de Libertação Nacional) e aos de organizações de defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Também por seu intermédio, pode-se consultar dezenas de páginas pró-EZLN elaboradas por entidades de diferentes países, continentes e idiomas. Esses *sites* auto-referenciam por *links* e mantêm intercâmbios, fóruns e listas de discussão. Constituem, na verdade, uma comunidade zapatista desterritorializada, em condições de disseminar, planetariamente, conteúdos que sustentam, reforçam e universalizam as razões do movimento de Chiapas.<sup>7</sup>

Para tentar deter os malefícios da globalização econômica e do neoliberalismo, centrais e federações sindicais da Europa e dos Estados Unidos têm recorrido à *Web* para pressionar empresas transnacionais e despertar a solidariedade nos trabalhadores. As cibercampanhas sindicais, ainda em fase embrionária, partem do entendimento de que, frente a uma economia globalizada, os meios de luta igualmente precisam se internacionalizar e se conectar. Não bastam as greves, as passeatas e a imprensa sindical. Já se pode inundar de *e-mails* caixas postais dos patrões e de organismos governamen-

7 Para acessar as páginas pró-zapatistas, basta digitar: <http://www.ezln.org/links.html>. Sobre a ação comunicacional do EZLN na Internet, consultar o ensaio de Harry Cleaver, *The Zapatista Effect: The Internet and the Rise of an Alternative Political Fabric*, disponível em [www.uff.br/mestcii/cleaver.htm](http://www.uff.br/mestcii/cleaver.htm). Harry Cleaver, professor da Universidade do Texas em Austin, edita o *Zapatistas in Cyberspace* (<http://www.eco.utexas.edu/faculty/Cleaver/zapsincyber.html>), o mais completo guia de *sites*, artigos, comunicados, documentos e fotos sobre os zapatistas.

tais; denunciar, em tempo recorde, demissões e abusos, conclamando os consumidores a boicotarem produtos das empresas; e convocar, em tempo real, afiliados para assembleias conjuntas, manifestações de rua e piquetes. Iam Graham, porta-voz da Federação Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Indústrias Químicas (Icem), diz que, sem a Internet, teria sido impossível mobilizar a opinião pública contra a decisão do conglomerado japonês Bridgestone-Firestone de substituir os 2.300 grevistas de suas usinas nos Estados Unidos por trabalhadores avulsos, em julho de 1996. Graham declarou ao jornal francês *Libération* que a queda-de-braço com a direção da empresa só começou a surtir efeito quando as mensagens de protestos abarrotaram os correios eletrônicos de autoridades governamentais, de formadores de opinião, de mídias do mundo inteiro, de entidades civis, do governo japonês, dos diretores da matriz e das filiais do grupo Bridgestone, dos bancos que lhe concediam créditos nos Estados Unidos e no Japão, de seus fornecedores e de seus clientes espalhados pelo globo. Todos os endereços eletrônicos haviam sido catalogados previamente pela Icem e foram disponibilizados pelo *site* da Federação no dia em que se a empresa anunciou o afastamento dos grevistas. Qualquer pessoa, poderia endossar o abaixo-assinado virtual e, com um clique do *mouse*, remetê-lo aos destinatários escolhidos. Graham aponta outro diferencial da Internet: “Se tivéssemos enviado faxes para todas as pessoas incluídas em nossa lista, seriam necessárias de duas a três horas, a um custo elevadíssimo. Um minuto foi o tempo suficiente para convocarmos pela *Web* as 150 organizações afiliadas à Icem a entrarem em nosso *site* e dispararem *e-mails* para a relação de pessoas que havíamos selecionado. Em poucos minutos, as caixas postais de todas elas estavam entupidas com as nossas mensagens. Os telejornais da noite e os jornais do dia seguinte, inclusive de países europeus e do Japão, noticiaram com destaque o fato, obrigando a empresa a vir a público se explicar e, logo depois, rever a medida contra os trabalhadores.”<sup>8</sup>

No Brasil, a Internet tem sido cada vez mais acionada para difundir campanhas e causas, sobretudo através do correio eletrônico. “Não há dúvidas de que o *e-mail* mudou o modo de comunicação entre as ONGs; a articulação entre as instituições se tornou mais dinâmica”, avalia Roberto Pereira, diretor-geral do Centro de Educação Sexual (Cedus), completando: “É mais fácil organizar as passeatas e os encontros. Antes, fazíamos isso por

8 Iam Graham, citado por Nicole Penicaut e Emmanuele Peyret, “Travailleurs de tous les pays connectez-vous”, *Libération*, 25 de abril de 1997.

telefone, fax ou até mesmo carta, quando tínhamos que falar com grupos de outros estados. Até algumas decisões podem ser tomadas pela Internet”.<sup>9</sup>

Existem centrais virtuais de denúncias de violações dos direitos humanos (podem ser enviados, por *e-mail*, relatos à Anistia Internacional, ao Human Rights Watch e à Ordem dos Advogados do Brasil). Os denunciadores não precisam, necessariamente, se identificar. Mas, se o fazem, o sigilo é assegurado. Os registros são encaminhados aos setores encarregados de averiguá-los e, se preciso, complementá-los. Constatada a veracidade da denúncia, o usuário recebe comunicação sobre as providências tomadas.

Fundada em 1º de maio de 1995, em Natal, Rio Grande do Norte, a DHnet – Rede Telemática de Direitos Humanos (<http://www.dhnet.org.br>) adota como estratégia comunicacional diversificar ao máximo os espaços de conscientização, orientação, participação, integração e mobilização. Observando-se a árvore de *links* percebe-se a variedade de possibilidades de navegação abertas ao usuário. Ainda não se consegue fazer denúncias diretamente pela página, mas a DHnet informa os endereços eletrônicos de entidades, órgãos governamentais e Igrejas que acolhem queixas. Há *chats* e listas de discussão sobre direitos econômicos, sociais e culturais; fórum para comunicação dos internautas com o *ombudsman*, cursos virtuais de cidadania; livro de visitas, onde as pessoas consignam opiniões, críticas e sugestões; textos e manifestos sobre a inserção dos movimentos sociais na Internet e também sobre a trajetória dos direitos humanos no mundo; legislações brasileira e internacional sobre o tema, códigos de ética e de conduta; animações multimídias em Web TV e Rádio TV; a Onda de Sonhos apresenta textos libertários de autores como Thomas Morus, Glauber Rocha, Karl Marx, Charlie Chaplin, Ernesto Che Guevara, Carlos Marighela, Antônio Conde e Antonin Artaud. Para intensificar a convergência virtual de esforços, a DHnet hospeda duas dezenas de *sites* afins, como os do Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa do Homem e do Cidadão, da Paraíba, o Centro de Estudos, Documentação e Articulação da Cultura Negra e o Dossiê de Mortos e Desaparecidos. Os pedidos de parceria com a DHnet são apreciados por um conselho de avaliação. A hospedagem é gratuita. Interessante notar como as redes virtuais se interpenetram e se retroalimentam. A DHnet hospeda e ao mesmo tempo faz parte da Rede

9 Roberto Pereira, citado por Elisa Travalloni, “Exercício da cidadania cresce com a rede”, *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1999. O site do Cedus é <http://www.cedus.org.br>

Brasileira de Educação em Direitos Humanos, que é um espaço de encontro, apoio, intercâmbio, articulação e coordenação de organizações que desenvolvem trabalhos sistemáticos na área.

### III

As formas participativas e dialógicas que irrompem no ciberespaço começam a pôr em xeque a renitente metáfora do *Big Brother*, que por décadas dominou a teoria crítica no campo da comunicação. A mídia sempre encarnou – e ainda encarna – aquela sinistra figura, dado o seu poder quase absoluto de divulgar as informações que julga relevantes. A supremacia dos meios de comunicação persiste e provavelmente persistirá, porém não há como negar que conteúdos contrários à lógica dominante podem ser veiculados pela Internet, sem ingerência de governos e corporações empresariais ou militares. No cenário que parecia um manjar dos deuses para os raciocínios lúgubres e derrotistas, podemos agora discernir um componente imprevisto de oxigenação. Tomo como minhas as palavras do jornalista e deputado federal Milton Temer (PT-RJ): “Dependendo de nós, a Internet poderá se constituir em um instrumento que escape à imbecilização unidirecional da mídia eletrônica. Quanto mais vierem para a rede, mais espaços teremos para a divulgação do combate pelas utopias. Se disputarmos tais espaços com o objetivo de transformar a Internet numa espécie de Ágora do terceiro milênio, ela será um excelente instrumento de organização social.”<sup>10</sup>

Na práxis virtual, as mobilizações podem efetivar-se com maior rapidez de resultados. Há três anos, a *Web* era vista com certa desconfiança pelo Greenpeace, conhecido por sua aversão aos efeitos colaterais das tecnologias. Hoje, denúncias de crimes contra o meio ambiente, em qualquer parte do globo terrestre, em minutos ganham ressonância pela rede mundial de computadores. “Não podemos prescindir do efeito imediato da Internet”, salienta María Peñuelas.<sup>11</sup> A Anistia Internacional – uma das primeiras organizações não-governamentais a aderir à *Web* – tem um triplo propósito com sua página: a) mundializar as denúncias e o acompanhamento de investigações sobre desrespeitos aos direitos humanos; b) interconectar as suas seções espalhadas pelos

Continentes; c) agilizar o envio de comunicados sobre novas violações e as conseqüentes providências.<sup>12</sup> A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil interligou pela Internet todas as Dioceses, o que facilitou o planejamento, a implementação e a avaliação das ações pastorais em todo o território nacional. O Cedus recorreu ao correio eletrônico para articular o apoio de organizações de várias cidades às manifestações pelo Dia Mundial de Luta contra a AIDS, em 1º de dezembro de 1999. Com a criação de sua *homepage* no ano passado, o Cedus passou a receber *e-mails* de adolescentes, principalmente, com dúvidas sobre sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.<sup>13</sup>

A página da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)<sup>2</sup> traduz bem a estratégia político-cultural-ideológica que norteia a circularidade informativa nas redes contra-hegemônicas. A Fase funciona como uma espécie de centro de articulação de 70 organizações não-governamentais do Brasil e do exterior vinculadas à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da reforma agrária e da educação. Permite acessos instantâneos aos *sites* de entidades filiadas. Na página da Fase, as ONGs dispõem de uma base de consulta comum, com informações atualizadas sobre ações em prol da cidadania (reivindicações, protestos, campanhas, etc.), e de uma agenda de eventos ligados aos movimentos sociais, dentro e fora da Internet. Há também fóruns e debates on line. Já foram promovidas conferências eletrônicas sobre reforma agrária na América Latina e agricultura familiar. Os usuários cadastrados podem opinar livremente sobre os temas abordados. A Fase divulga na *Web* suas campanhas de conscientização popular. Eis um trecho da apresentação da campanha “Olho vivo nestas eleições!”: “Para fortalecer e ampliar a luta pela defesa da cidadania para todos, da justiça social e da recuperação da solidariedade; pelo fim da impunidade e implementação de mecanismos de controle e fiscalização que combatam o clientelismo e a corrupção é que recomendamos ‘OLHO VIVO NESSAS ELEIÇÕES!!!’.” O chamado à participação caracteriza outras iniciativas de ONGs vinculadas à Fase, entre as quais destacamos a marcha global contra o trabalho infantil e as mobilizações pela reforma agrária, contra a pedofilia na Internet e em defesa da Amazônia (em parceria com o Greenpeace).

10 Entrevista de Milton Temer a Danielle Abreu Alonso, bolsista PIBIC/CNPq no projeto de pesquisa “Estratégias de mídia na era tecnológica”, CNPq/Faperj/UFF, 20 de maio de 1998.  
11 María Peñuelas, citada em “El ciberactivismo despegando en la red”, *El País* 7 de novembro de 1999.

12 O site da Anistia Internacional é <http://www.amnesty.org>; o da CNBB, <http://www.cnbb.org.br>; o do Cedus, <http://www.cedus.org.br>

13 Com sede no Rio de Janeiro, a Fase é patrocinada por um consórcio de 12 agências internacionais da Holanda, da Grã-Bretanha e da Alemanha. Seu *site* é <http://www.fase.org.br>

A meta da Central Única dos Trabalhadores na Internet é viabilizar uma “rede nacional de comunicação, potencializando recursos internos previamente levantados (boletins, revistas, jornais, páginas na Internet, programas de rádio e TV, jornalistas, dirigentes, formadores de opinião etc.), que, com rapidez e eficácia, possam externar as políticas de nossa Central e suas ações na conjuntura, de modo a influenciar a agenda nacional, inclusive pautando na grande mídia o que a classe trabalhadora entender como essencial”. Por meio da Internet, a CUT incrementa intercâmbio de informações e experiências com outras entidades nacionais e/ou internacionais. Entre os planos imediatos da Central, estão a criação de um boletim informativo eletrônico, a ser distribuído às instâncias sindicais, e a consolidação, a médio prazo, da comunicação via Internet, com a construção de uma Intranet (rede interna), capaz de assegurar a interconexão de todos os órgãos filiados.<sup>14</sup>

Entre os partidos brasileiros presentes na *Web*, deve ser mencionado o pioneirismo do Partido dos Trabalhadores ao pôr no ar, em 1996, o PTnet (<http://www.pt.org.br>). Atualizado diariamente, desdobra-se em *links* para organismos como Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, CUT, Anistia Internacional, MST, sindicatos, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Instituto da Cidadania, associações ambientalistas e de defesa do consumidor, partidos e organizações de esquerda do Brasil e do exterior (aí incluídos a Internacional Socialista, os zapatistas mexicanos, a CubaWeb, o The Marx/Engels Archives).

A integração por *links* proporciona uma maior aproximação da instância partidária com seus filiados e simpatizantes. Acessando com frequência a página, os militantes podem consultar comunicados e documentos, conhecer os pontos de vista assumidos pela agremiação a respeito de questões relevantes da vida nacional, participar de *chats* com dirigentes e personalidades, intervir nos debates internos através de listas de discussão, avaliar o desempenho das bancadas do partido no Congresso, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, manter-se informado sobre eventos e campanhas, comentar o que leu na correspondência eletrônica. Ou seja, os usuários têm ao seu dispor um volume de informações que lhes permite uma avaliação abrangente sobre o desempenho partidário em diversos níveis, sem falar na hipótese concreta de formar juízos e interferir, a seu modo, no encaminhamento e no desdobramento de proposições.

---

14 O *site* da CUT é <http://www.cut.org.br>

#### IV

O quadro de expectativas e esperanças aqui delineado não deve, entretanto, alimentar ilusões fáceis. Em primeiro lugar, porque a cibermilitância necessita aprofundar experiências de comunicação eletrônica, em sintonia com expectativas e demandas de público-alvo. Em segundo, porque nos deparamos com um fenômeno ao mesmo tempo hiperveloz (graças à expansão tecnológica) e lento (por conta de hábitos culturais e políticos nem sempre fáceis de atualizar). Em terceiro, porque precisam ser aprimorados e popularizados os sistemas de busca e localização das *homepages* na vastidão da *Web*, como explica o coordenador da Fase, Luiz Antônio Correia de Carvalho: “A Internet para nós é fundamental, mas tem tantos *sites* que você pode navegar a vida inteira e não saber que existe determinada página. O difícil é dizer às pessoas onde está a informação, a interação, a discussão, o debate”.<sup>15</sup>

Não se trata de transformar a Internet em apanágio de todas as virtudes. Muito menos de imaginar um Eldorado digital, habilitado a suplantar o poderio de veiculação dos megagrupos – o que seria, além de tolice, desconhecer o indiscutível predomínio dos conglomerados multimídias no atual cenário de transnacionalização dos mercados de informação e entretenimento. Quisemos ressaltar, sim, a emergência de potencialidades no âmbito virtual, fundadas em práticas comunicacionais interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia. As entidades civis valem-se da Internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para veicular informações e análises quase sempre orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas.

Significa apontar e valorizar espaços alternativos e promissores de difusão de conteúdos contra-hegemônicos, sob inspiração das plataformas reivindicantes de organismos sociais e políticos que se opõem à lógica perversa de reprodução do capital. A propósito, Manuel Castells sublinha a importância estratégica de “se utilizar o enorme potencial da Internet, por exemplo, para reviver a democracia, não enquanto substituição da democracia representativa por meio do voto, e sim para organizar grupos de conversação, plebiscitos indicativos e consultas sobre dis-

---

15 Entrevista de Luiz Antônio Correia de Carvalho a Olívia Bandeira de Melo Carvalho, bolsista PIBIC/CNPq no projeto de pesquisa “A cibermilitância: perspectivas para movimentos sociais e políticos na Internet”, em 24 de julho de 2000.

tintos temas, disseminando informações na sociedade”.<sup>16</sup>

A maioria das ONGs pesquisadas se mostra consciente das vantagens de curto, médio e longo prazos da comunicação virtual: barateamento dos custos; abrangência global; velocidade de transmissão; autonomia frente às diretivas ideológicas e mercadológicas dos impérios de comunicação. Elas elaboram e disponibilizam, simultaneamente, uma gama de recursos interativos publicações, murais, fóruns e grupos de discussão eletrônicos. Com isso, seguem a diretriz central de multiplicar os espaços de conhecimento, interlocução e participação, em um mesmo *site*.

As ferramentas da *Web* podem propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Outro fator positivo é a constituição de comunidades virtuais por afinidades eletivas. Formam-se, assim, coletivos em rede, por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania. Eles compartilham ações sociopolíticas, tendo em vista o fortalecimento dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação.<sup>17</sup> “Tanto a Internet quanto as ONGs têm a tendência de formar comunidades, assim como defender a liberdade é uma característica marcante dos dois sistemas”, observa Sérgio Góes, diretor-executivo da Rede de Informações do Terceiro Setor, instituição privada, autônoma e sem finalidade lucrativa, mantida com o apoio financeiro de agências privadas e públicas, nacionais e internacionais.<sup>18</sup>

No ambiente virtual desde a sua criação, em 1997, a Rits fornece informações, serviços e apoio em tecnologias de comunicação e informação, com o objetivo de modernizar as formas de gestão de organismos da sociedade civil. Sérgio Góes ressalva que “ainda falta muito para que as organizações conquistem um grande espaço no mundo virtual.” Para ele, “a Internet tem enorme potencial para a mobilização, mas não podemos deixar de levar em consideração que apenas 2% da população brasileira têm acesso a ela”.<sup>19</sup> Para melhorar esse quadro, a Rits e a Ongnet, primeiro provedor do Terceiro Setor, de Minas Gerais, estão organizando e fomentando o desenvolvimento de novas redes, integrando as organizações

16 Manuel Castells. “La izquierda tiene una actitud retrógrada respecto a las tecnologías de la información”, em *Enredando*, Barcelona, 21 de outubro de 1997, disponível em <http://enredando.com/entrevistas3.html>. Ver ainda a entrevista de Castells a René Lefort, “El nuevo papel del ciudadano ante la revolución de Internet”, *Correio da Unesco* (versão espanhola), outubro de 1999.  
17 Ver Dênis de Moraes. “Novos paradigmas éticos na comunicação virtual”, ob. cit.

e potencializando o uso de novas tecnologias e serviços.

Com efeito, pelo menos dois quesitos desafiam o pleno aproveitamento da Internet pelos movimentos progressistas: 1) a necessidade de políticas competentes de comunicação eletrônica, capazes de ampliar o raio de difusão dos *sites*, ainda restrito; 2) a exigência de se ampliar substancialmente o número de usuários plugados, o que pressupõe a superação de obstáculos econômico-financeiros (custos de computadores, *modems*, linhas e tarifas telefônicas, provedores de acesso) e a simplificação dos procedimentos informáticos para se acessar a rede.

Tornar as páginas mais conhecidas dos internautas implica expandir redes, parcerias e intercâmbios; divulgar sistematicamente os *sites* junto a setores da sociedade civil, tanto pelos meios tradicionais, como por boletins e eventos eletrônicos; e promover *chats*, conferências e seminários voltados à discussão de estratégias comunicacionais para a Internet. Isto é decisivo para fazer sobressair as reivindicações no oceano virtual e, ao mesmo tempo, resgatar um mínimo de cultura de solidariedade social.<sup>20</sup>

Desejo, por fim, endossar a reflexão do filósofo italiano Antonio Negri. Com serena lucidez, ele não vê esplendor nas tecnologias de comunicação, e sim a virtualidade de mudanças que nos convidam a imaginar horizontes, “quer de um desenvolvimento da informática no sentido de uma nova e mais poderosa barbárie, quer de uma nova tomada de consciência da resistência e da possibilidade de retomarmos nas mãos da multidão o desenho do futuro”. Nenhum catastrofismo, assinala Negri, mas um empenho de luta, conscientes de que as transformações que se processam no âmago das redes podem facultar à inteligência humana novos meios de revolução.<sup>21</sup>

18 O *site* da Rits é <http://www.rits.org.br>

19 Sérgio Góes, citado por Elisa Travalloni, “Exercício da cidadania cresce com a rede”, *Jornal do Brasil*, 15 de dezembro de 1999.

20 A Rits tem planos de criar o Portal da Cidadania, justamente para reunir, em um único *site*, informações de um abrangente conjunto de ONGs filiadas, evitando a dispersão por muitas páginas. Os usuários encontrariam dados sobre uma série de temas relacionados às entidades filiadas. Desejando aprofundar-se em determinado assunto, o internauta seria instruído a pesquisar na *homepage* da instituição correspondente. Entrevista de Paulo Henrique Lima, editor da *Revista do Terceiro Setor*, da Rits, a Olívia Bandeira de Melo Carvalho, bolsista PIBIC/CNPq no projeto de pesquisa “A cibermilitância: perspectivas para movimentos sociais e políticos na Internet”, em 25 de julho de 2000.

21 Antonio Negri, “A melancolia dos catastrofistas: novos modos de revolução ainda podem surgir com as mudanças da informática”, *Folha de S. Paulo* (Mais!), 24 de novembro de 1996.